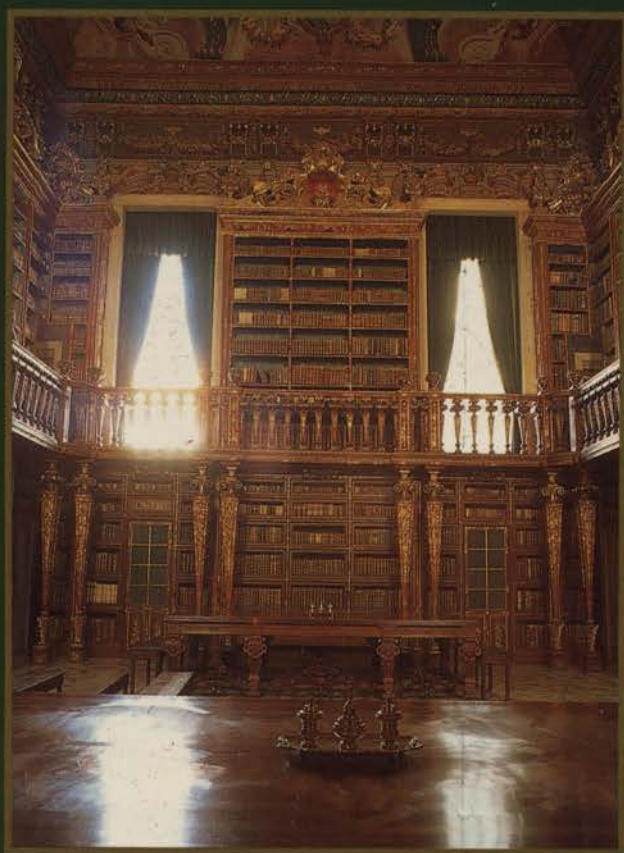


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

INSTRUÇÃO OPERÁRIA E INTERVENÇÃO ESTUDANTIL
EM COIMBRA NOS COMEÇOS DA REGENERAÇÃO

O desenvolvimento do associativismo operário, no raiar da Regeneração, incorporou desde o início uma componente cultural em cuja constituição teve parte activa a intelectualidade. Assim, quando em 1850 foi organizada em Lisboa a *Associação dos Operários* com o fito de responder às necessidades mais imediatas dos trabalhadores, um grupo de escritores e de políticos, de entre os quais sobressaíam José Estêvão, Andrade Corvo, Sousa Brandão, Latino Coelho, Júlio Pimentel, Pereira de Carvalho, Ponte e Horta e Lopes de Mendonça, aceitou ministrar «cursos gratuitos de ciência popular destinados à classe operária» e a outro público (1).

O encontro entre intelectuais e trabalhadores não se confinou à capital. Projectou-se também noutras regiões do país, designadamente em Coimbra, onde o estudantado constituía um importante segmento da população educada. Joaquim Martins de Carvalho assinalou, justamente, que a fundação, naquela cidade, da *Sociedade de Instrução dos Operários* fora sugerida de Lisboa pelo *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*. Não desejando limitar a sua acção a esta cidade, o *Centro* teria aproveitado a ida para Coimbra de alguns estudantes «apaixonados pela sua propaganda civilizadora» e encarregara-os de «promover a criação d'uma sociedade, que reunisse os elementos dispersos de que se compunha a classe operária e tractsse de propagar a instrução pelos filhos do povo» (2).

* Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

(1) Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 5.ª ed., pref. e anotada por Emídio Santana, Porto, Edições Afrontamento, 1976, pp. 27-28; *Ecco dos Operários*, n.º 18, 29-8-1850; *idem*, n.º 19, 6-9-1850.

(2) Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a historia contemporânea*, por..., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. 219-220.

Parece haver um lapso nestas palavras de Martins de Carvalho quanto ao *Centro Promotor*, visto que a citada agremiação foi fundada apenas em 1852, ao passo que a *Sociedade de Instrução dos Operários* terá principiado a funcionar em 1851. Afigura-

Que circunstâncias determinaram a intervenção estudantil no sentido preconizado pela organização de trabalhadores estabelecida em Lisboa? Que significado ideológico atribuir a essa intervenção?

Reconstituindo a evolução do associativismo em Portugal, Victor de Sá observa que, «mesmo quando se rotulava de operário e como tal buscava operários para o seu seio», o associativismo português oitocentista «era na realidade dirigido, incentivado e controlado pela burguesia dominante, exactamente pelas camadas mais esclarecidas da sua consciência de classe». Por sua vez, numa interessante pesquisa em torno do movimento operário em Coimbra, José Amado Mendes qualifica de insuficiente o estudo da acção universitária neste domínio, acrescentando ser admissível, todavia, que ela tenha sido «pouco significativa e sobretudo indirecta, através da divulgação, por meio de trabalhos escritos ou de conferências, de alguns ideais socialistas, republicanos ou associativos, o que eventualmente poderá ter favorecido o movimento operário reformista, mas com repercussões mínimas — ou mesmo negativas — no sindicalismo revolucionário» (3).

Achando-se o associativismo burguês e o associativismo operário intimamente ligados, pelo menos no dealbar da Regeneração, a caracterização deste último não poderá deixar de inserir-se no quadro das lutas partidárias e sociais que lhe dominavam o horizonte. Se é certo que, ao longo do período, as fronteiras entre o Partido Regenerador e o Partido Histórico/Progressista não cessarão de fundir-se na identidade profunda dos interesses capitalistas, não é menos certo que o movimento de protesto social e a construção da ideologia socialista estão igualmente actuantes, congregando, desde o início da Regeneração, a corrente radical batida em 1847, os republicanos de 48 e os socialistas utópicos de que é formada a chamada geração de 1852 (4). Deste

-se-nos, por isso, que Joaquim Martins de Carvalho atribuiu ao *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* uma iniciativa que terá provavelmente ficado vinculada ao *Centro Eleitoral Operário de Lisboa*, fundado em 1851, entre cujos animadores aparece Carlos Ramiro Coutinho, futuro Visconde de Ouguela, ao tempo estudante universitário e que foi na realidade um dos dinamizadores da *Sociedade de Instrução dos Operários*. A menção da existência do *Centro Eleitoral Operário* acha-se em Victor de Sá, *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*, Porto, Cadernos da Revista Técnica do Trabalho, s.d. (1981), p. 36.

(3) Victor de Sá, «Do associativismo ao sindicalismo em Portugal», *O Instituto*, Coimbra, vol. CXXXVIII, 1.ª parte, 1977, p. 40; José Amado Mendes, «Para a história do movimento operário em Coimbra», *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 3.º-4.º, 1981, p. 604. Sobre os efeitos do associativismo operário controlado pela burguesia não há concordância total entre os dois investigadores: na opinião de Victor de Sá, mau grado a sua origem e objectivos, o associativismo reformista burguês acabaria por transformar-se «na escola do autêntico associativismo operário, que (...) iria conduzir ao sindicalismo» (*Ob. e loc. cit.*).

(4) José Manuel Tengarrinha, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983, p. 87 e ss.

modo, perante iniciativas culturais destinadas ao operariado, parece apropriado tentar descortinar em que corrente ideológica se filiavam, que interesses reais as determinavam e, por consequência, que significado histórico-social é legítimo imputar-lhes.

A referenciação de documentos inéditos relativos à fundação da *Sociedade de Instrução dos Operários* e à de outra agremiação coimbrã com finalidade idêntica mas de origem diversa, permite, porventura, contribuir para a clarificação de outras facetas deste complexo processo. Comparando sumariamente ambos os casos, podemos acaso definir com alguma precisão o sentido da intervenção estudantil no âmbito da instrução e da cultura operárias (5).

A instrução dos operários no sistema educativo oitocentista

É sabido que o sistema educativo português, desde a sua elaboração primordial, não previa que os assalariados da indústria e da agricultura beneficiassem da cultura escolar. Na Carta de Lei de 1772, Pombal não hesitaria em declarar que nem todos os indivíduos haviam de ser educados com destino aos Estudos Maiores, devendo desde logo ser deduzidos desse número «os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas Artes Fabris...», aos quais bastariam as instruções orais de Catecismo ministradas pelos párocos.

Esta orientação inicial do sistema educativo não foi contrariada, tanto quanto sabemos, pela sociedade civil. A instrução operária não foi objecto de referências até aos finais do século XVIII. Com efeito, foi somente na década de 90 que um súbdito inglês, Jorge Thomaz Bulkeley (ou Bulkely), tendo montado uma fábrica de Trefilaria na Quinta do Condado, a Marvila, fez saber do seu propósito de recrutar rapazes com idades superiores a 10 e 11 anos (ainda que fossem aleijados) ou adultos cegos, mulheres e raparigas, acrescentando que, além de um mestre para o ensino daquele tipo de trabalho, estabelecera na mesma unidade fabril «uma Aula para nas horas vagas, Domingos e Dias Santos poderem os Aprendizes, e rapazes dos contornos da mesma Fábrica instruir-se nas primeiras letras e Arithmetica» (6). Sem podermos comprovar a eficácia deste gesto, o certo é que não se rastreiam outras iniciativas do mesmo tipo que ele possa ter inspirado (7).

(5) Agradeço vivamente a António Hespanha a oferta de um pequeno caderno manuscrito, adiante reproduzido, cujo conteúdo se relaciona com a *Sociedade de Instrução dos Operários*, e a Áurea Adão o alerta para documentos existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra relativos à *Associação Promotora da Educação Popular*.

(6) *Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 41, 12-10-1793; *idem*, n.º 34, 30-8-1794.

(7) A primeira tentativa de reconstituição global do sector educativo dos adultos deve-se a Henrique Barrilero Ruas, «Educação de adultos em Portugal, no passado

Vinte e dois anos depois, a falta de instrução elementar entre os homens dos «ofícios» e da «lavoura» seria assinalada no seio da Casa dos Vinte e Quatro. O Juíz do Povo de Lisboa, António Simões de Carvalho, solicita a criação de escolas de Primeiras Letras destinadas a trabalhadores, indo ao ponto de alvitar, entre outras considerações, que, daí para diante, se não pudesse passar a oficial, na hierarquia dos ofícios, sem a prestação de provas de exame nas matérias elementares (8). Tais propostas encontrarão, contudo, sérios embargos da parte dos poderes constituídos, ponderando-se nos «perigos» que a instrução popular implicaria.

Não obstante os ventos vivificadores desencadeados pela revolução de 1820, a instrução dos adultos só com o Setembrismo encontrará consagração legal. O decreto de 15 de Novembro de 1836, relativo à instrução primária, estabelecia que os ajudantes dos professores daquele grau de ensino teriam, entre outras obrigações, a de ministrarem três lições nocturnas por semana aos adultos que não pudessem frequentar as escolas diurnas (9).

Desconhecendo-se a medida em que tal disposição possa ter-se concretizado, a verdade é que semelhante quadro jurídico não tardaria a sofrer alteração. A chamada reforma de Costa Cabral (20 de Setembro de 1844), que viria a ser a base do funcionamento do sistema escolar até 1878 e 1880, suprimiu aquele dispositivo.

Entretanto, sobretudo nas décadas de 30, de 40 e de 60 do século XIX, assistiremos a tentativas de instituição de cursos nocturnos consagrados a adultos ou até a operários, a níveis situados no plano elementar e acima do elementar.

À falta de uma acção decidida da parte do Estado, será da iniciativa particular benévola, sobretudo durante a Regeneração, que partirão os esforços mais eficazes no plano da instrução popular de base.

e no presente», in *Educação de adultos*, coord. e apres. de Maria José Gusmão e A. J. Gomes Marques, Braga, Universidade do Minho, 1978, p. 269 e ss.. Sem prejuízo da sua utilidade, trata-se de um trabalho muito lacunar, eivado de preconceitos ideológicos que lhe limitam o valor científico.

Cf. também o nosso estudo «Nascimento da educação de adultos em Portugal. Séc. XVII - Séc. XVIII», *O Instituto*, vols. CXL-CXLI, Coimbra, 1980/81, p. 43 e ss.

(8) Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, t. XVII, Lisboa, 1911, p. 391, nt.^a. Sobre o analfabetismo entre os mestres dos ofícios: Carlos da Fonseca, «Ensaio económico-social sobre as Corporações e Mestres» in Esteves Pereira, *Subsídios para a história da indústria portuguesa*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1979, pp. 57-58.

(9) *Reforma Litteraria, ou Collecção dos Regimentos de Instrução Primária, Secundária e Superior*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1839, p. 4.

O ensino popular: necessidade sentida ou imposição?

Até que ponto a necessidade da instrução era de facto sentida pelas classes populares, em particular pela classe operária? Até que ponto, pelo contrário, se trata de mensagem de que são portadores os elementos mais cultos da burguesia liberal e não propriamente os trabalhadores, seus beneficiários supostos?

Sem pretendermos alcançar aqui um esclarecimento completo do problema, é de admitir que a situação económica em que se debatiam os sectores populares, assim nas fábricas como nos campos, fosse de molde a omitir a instrução da lista das primeiras prioridades. Ainda nos anos 70 do século XIX, Herculano tinha fundados motivos para contestar com desassombro o princípio da obrigatoriedade do ensino. «No actual estado de cousas», escreve em 1874 num dos seus memoráveis artigos sobre a emigração, «o ensino obrigatório não passa de mais um flagelo para a pobre família obreira, que lhe oporá constantemente uma resistência passiva, mas invencível. Afigura-se-me que toca as raias da crueldade dizer 'manda à escola teus filhos' ao homem que habitualmente dorme vestido na esteira de tábua, na casa de telha vã onde, se gea, tiritam de frio ele, a mulher e os filhos, porque a roupa falta; que, se chove, não tem fato para mudar, e às vezes nem sequer lenha para o enxugar; cuja alimentação é de ordinário ruim, quando não insuficiente; e que, como se isto não bastasse, sente com frequência apertar-se-lhe o coração ao dizer-lhe o lavrador, no sábado: 'para a semana não há que fazer'» (10).

Estas palavras justiceiras explicam, porventura, as dificuldades de adesão dos trabalhadores a uma acção cultural que se não compaginava com a luta imperiosa pela subsistência, acrescentando que as modalidades de instrução previstas reproduziam mais os objectivos e valores das chamadas «classes cultas» do que reflectiam as preocupações mais urgentes do proletariado.

Neste contexto, é compreensível que, entre nós, o tema da necessidade da instrução popular encontrasse mais ressonância entre os intelectuais do que entre a massa do operariado. Quando o livro de Timon, intitulado *Conversações de Aldêa*, traduzido e publicado por J. M. Nogueira em 1849, alcançou a 2.^a edição no ano imediato, o tradutor confidenciara que, apesar da boa recepção alcançada na Imprensa, nenhum exemplar se vendera nos livreiros! O esgotamento da obra, que tão amplamente versava o tema da instrução popular, devia-se «à generosa e valiosíssima protecção de diversos cavalheiros», que não só a tinham adquirido como a haviam recomendado «à liberalidade dos

(10) Alexandre Herculano, *Opúsculos, t. II Questões publicas. Sociedade. Economia. Direito*, Lisboa, Bertrand Editores, s.d. (1986), pp. 107-108.

seus amigos». O mesmo era dizer, portanto, que o escoamento desse escrito se não devia ao público específico a que se destinava mas a elementos da intelectualidade burguesa porventura possuídos pela ideia da onnipotência social da instrução (11).

Instrução operária e emancipação social: o sonho utópico

O apelo à difusão da instrução e da cultura como factores de emancipação dos trabalhadores aparece por mais de uma vez no *Ecco dos Operários* (1850-1851), revista socialista fundada e dirigida por intelectuais como Sousa Brandão e Lopes de Mendonça. A instrução dos operários seria indispensável para dinamizar a participação destes no debate em curso, que a tanto se pretendia reduzir a luta social: «A classe operária, entre nós, tão inteligente, tão cheia de nobres instintos, tão confiada nos destinos que a civilização lhes reserva, adormece, apesar disso, na ignorância e no desleixo intelectual», escrevia-se no prospecto de propaganda que precedeu o primeiro número, acrescentando-se: «Chamá-la ao grémio da discussão, fazer-lhe sentir a importância da sua acção no movimento emancipador (...) é contribuir para a emancipação da classe mais numerosa e mais pobre, e alargar desmedidamente a área dos esforços humanos e das sucessivas conquistas do princípio liberal». Numa perspectiva a que não podiam ser alheios os desastres da guerra civil de 1846-47 e a derrota da revolução francesa de 1848, nem o facto de nos encontrarmos em plena ditadura cabralina, as transformações sociais eram descritas como o fruto de lentas evoluções subjectivas que só através da instrução das massas populares podiam alcançar-se: «As renovações sociais não se obtêm senão pela acção lenta das ideias, pelo trabalho incansável da instrução, posta ao serviço das populações ignorantes, preguiçosas e desalentadas». A *Associação dos Operários* destinava-se precisamente a assegurar a instrução gratuita, para o que já se contava com a promessa de colaboração de «jovens professores e escritores da geração no-

(11) *Conversações de Aldêa*, por Timon. Traduzidas do Francez por J. M. N., Lisboa, Typ. da Rua da Bica do Duarte Bello, n.º 55, 1849. Timon, como se sabe, é o pseudónimo do publicista francez De Cormenin. A mesma obra vendera em França, entre 1846 e 1847, nada menos de 12 000 exemplares, tiragem excepcional para a época, atingindo, naquele último ano, a 8.ª edição.

A segunda edição portuguesa veio à luz em Lisboa, em 1850, e dela consta a informação que prestamos sobre o público aquiredor do livro.

Supomos que J. M. N. (J. M. Nogueira, no frontispício da reedição portuguesa) seja João Maria Nogueira (1816-1856), fundador da primeira biblioteca socialista em Portugal, a quem se deve a publicação, no nosso país, de outra obra de Timon. Cf. Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I — Cronologia*, Publicações Europa-América, s.d., pp. 49, 57, 58 e 63.

va». E rematava-se: «São já banais as pomposas declarações para exaltar a necessidade da instrução. Depois de abolido o jugo da autoridade, o novo ser da sociedade, depende exclusivamente da instrução, largamente desenvolvida e completamente livre» (12).

Prosseguindo o discurso ideológico característico do socialismo utópico, Lopes de Mendonça, por sua vez, atribuiria à falta de instrução das populações camponesas a acção de dominação exercida pela burguesia. «As populações, abandonadas ao seu próprio impulso, privadas de todos os meios de instrução, restritas às necessidades primárias da vida, vêm-se perpetuamente tuteladas pelo feudalismo indolente dos proprietários» (13). A hegemonia da burguesia sobre as classes trabalhadoras teria na supremacia cultural dos proprietários dos meios é dos instrumentos de produção o seu factor determinante. No quadro da evolução política contemporânea, via-se, de um lado, «uma classe emancipada pela vitória, dotada de instrução, de talento, de capitais», e, de outro lado, «massas inertes, privadas dos meios intelectuais, desmoralizadas por uma longa tirania, tendo (...) por único recurso os seus braços desfalecidos pelas fadigas e mal cicatrizadas ainda das pesadas cadeias que haviam arrojado em séculos de opressão» (14). Por isso, ao caracterizar a situação económica do país, Lopes de Mendonça incluía a «ausência completa de comunicações e de ensino» entre as causas de injustiça social. Indicando em seguida um conjunto de medidas de carácter económico que viria a constituir em seu entender uma nova base da existência pátria, o jovem jornalista preconizava também a fundação de escolas de ensino industrial. Para chegarmos a esse estágio cumpria evitar as insurreições que se tinham revelado até então «infrutíferas» porque tinham sido «ininteligentes». O caminho a percorrer, pelo contrário, era o da luta doutrinal: «Ideias! Ideias! Ideias! Eis os gritos das classes que começam a emancipar-se pela instrução e que aspiram a resgatar a sua desgraçada pátria deste longo pesadelo de três séculos» (15).

Semelhante mensagem encontraria correspondência entre colaboradores operários da revista. Vieira da Silva Júnior, por exemplo, abordará o tema da instrução operária num dos números do *Ecco*, pondo exactamente em evidência as dificuldades encontradas quanto a esse tipo de iniciativas. A propósito, informa que já em 1843 tentara sem êxito criar uma associação de instrução. Renovara-se a tentativa em 1845, e no seu seguimento se conseguira criar a *Revista Recreativa*.

(12) Victor de Sá, *Perspectivas do século XIX*, 2.^a ed., Porto, Editora Limiar 1976, p. 87; *Ecco dos Operários*, n.º 18, 29-8-1850.

(13) Victor de Sá, *ob. cit.*, p. 88.

(14) *Idem*, p. 90.

(15) *Idem*, p. 106.

Finalmente, a guerra civil de 1846 viera pôr termo a uma experiência ao que parece bem sucedida.

O operário serralheiro José Maria Chaves, por sua vez, apresentaria um «Projecto de escola de ensino primário e elementar, sustentada pela Sociedade dos Artistas Lisbonenses, proposto por um sócio da mesma» (16). O seu escrito era orientado por uma óptica de classe quanto à organização e conteúdos do ensino, não obstante aspirar também a que lhe fosse reconhecido valor universal. A escola que defendia teria «um sistema especial para a nossa classe sem contudo excluir dela qualquer outra» (17).

Uma das suas preocupações eram os órfãos, o que não pode deixar de ser visto no contexto das elevadas taxas de mortalidade a que estava sujeita a classe operária, devido aos baixos salários, aos desumanos ritmos de trabalho, à falta das mais elementares condições de higiene nas habitações, à insalubridade das fábricas e das oficinas. Não era, porém, por esse prisma que o operário-escritor enfrentava o problema. Olhava-o da perspectiva de quem, aceitando o facto, se preocupava unicamente em minorar-lhe as consequências. A difusão da instrução entre os órfãos dos associados seria uma das necessidades mais urgentes, porquanto seria a instrução que lhes permitiria a independência. Deste modo, preconiza a gratuidade absoluta do ensino, incluindo a do material escolar.

No concernente a uma instrução especificamente operária, que pudesse constituir a base de uma carreira profissional, José Maria Chaves escrevia: «A criação de uma escola pela sociedade deve ter por fim preparar os seus alunos com todos os conhecimentos elementares, e mesmo mais transcendentes; a fim de os tornar os mais aptos possível na futura aplicação, que se lhes destinar na vida industrial».

Entretanto, o problema da instrução operária era, antes de mais, o da instrução elementar. Recordava por isso que já em 1836 a *Sociedade Promotora da Indústria* criara uma aula de geometria e mecânica aplicada à indústria. Essa aula acabara por ter somente sete finalistas, dado que os operários inscritos não dispunham dos necessários conhecimentos elementares. Situação análoga se verificara na aula criada pelo Governo no Liceu Nacional de Lisboa, localizado em S. João Nepomuceno: três vezes por semana, à noite, funcionava um curso de matemáticas aplicadas à indústria. A sua frequência era, todavia, escassa pelo facto de faltarem aos respectivos alunos as noções indispensáveis à inteligência dos assuntos.

Nestas circunstâncias, o autor rematava o primeiro artigo pela pro-

(16) *Ecco dos Operarios*, n.º 26, 26-10-1850; *idem*, n.º 32, 7-12-1850 e n.º 33, 14-12-1850.

(17) *Ecco dos Operarios*, n.º 32, 7-12-1850.

posta de criação de uma escola dotada de um sistema especial de disciplinas, no interior do qual os alunos aprendessem os rudimentos de leitura e escrita, a par das noções básicas, não só das ciências que tinham aplicação à indústria, de que era exemplo o desenho, como também de outras disciplinas que os habilitassem a tirar proveito de estabelecimentos de mais elevado nível de instrução.

Em segundo artigo, José Maria Chaves concretizava a proposta de uma escola primária e elementar, a criar na órbita da *Sociedade dos Artistas Lisbonenses*, com o intuito de ministrar «uma instrução elementar própria da classe manufactureira», podendo, no entanto, ser frequentada por qualquer aluno que o desejasse, uma vez guardadas as prioridades dos órfãos e filhos dos associados (18).

Os princípios de organização do ensino constituíam, sob quase todos os aspectos, uma alternativa ao sistema implantado, desenhando um modelo de escola cujos traços específicos manifestavam clara superioridade em relação às instituições existentes:

— Gratuitidade absoluta do ensino, incluindo a do material escolar para uma parte dos alunos;

— Idade de admissão entre os 6 e os 14 anos, o que parece contar com as vicissitudes de escolarização nas famílias operárias;

— Supressão dos castigos corporais, aplicando-se apenas recompensas e castigos de índole moral;

— Horário diário de 4 horas durante o período da manhã (das 7 às 11 horas no Verão e das 8 às 12 no Inverno), sensivelmente mais curto do que o oficial, cujas 6 horas diárias se repartiam pelos períodos da manhã e da tarde, mas talvez mais realista na medida em que se revelaria conciliável com as eventuais obrigações não-escolares das crianças nas famílias das classes trabalhadoras;

— Método de *ensino mútuo* no respeitante às matérias elementares e de *ensino simultâneo* em relação às «transcendentes». Significativa abstenção de comentários no concernente ao método português, de Castilho;

— Divisão do ensino em 4 «secções», cujos currículos revelavam uma estrutura concentrada: 1.º — Primeiros rudimentos de leitura e escrita, desenho linear simples à vista, sem compasso nem régua; noções simples de aritmética e denominação das figuras geométricas; 2.º — Leitura e escrita mais desenvolvidas, desenho linear a compasso e régua, aritmética mais desenvolvida, propriedades e aplicação simples das figuras geométricas; 3.º — Leituras morais e instrutivas próprias para formar o espírito e derramar a instrução positiva, com aplicação aos misteres industriais; desenho linear mais composto, geometria aplicada e demonstrada; 4.º — Gramática, escrituração comer-

(18) *Ecco dos Operarios*, n.º 33, 14-12-1850.

cial, arquitectura, desenho de figura e ornato, geometria descritiva e mecânica aplicada à indústria;

— Currículo de teor eminentemente prático, o publicista se encarrega de o sublinhar ele próprio, assim como o carácter intuitivo que o ensino assumiria preferencialmente: as disciplinas deveriam ser «as mais simples e práticas que seja possível, demonstradas quanto possa ser por meio de desenhos, figuras ou modelos de vulto»;

— Ausência notável de matérias religiosas, ao arrepio da orientação vigente nas escolas públicas e nas privadas. Sinal de uma direcção ideológica porventura revolucionária reside no facto de as «leituras morais e instrutivas», destinadas à formação espiritual, deverem «derramar a instrução positiva, com aplicação aos misteres industriais». Seria por este viés que a nova ideologia penetraria nas gerações infantis operárias?

— Projecto igualmente inovador quanto ao processo de progressão dos alunos. Cada secção não se confundiria necessariamente com um ano de escolaridade, na medida em que a frequência de cada uma delas não teria duração obrigatória, podendo o aluno transitar de uma secção para outra apenas em função do seu aproveitamento, «sem dependência de tempo ou idade».

— Por fim, exigência de um controlo operário firme sobre o funcionamento da escola: a existência de um director não impediria a de um Comité de Vigilância constituído por três sócios, nomeados pela direcção e aprovados em Assembleia Geral, ao qual caberia propor o director dentro das normas estatutárias.

Pela voz de um proletário, o operariado português apresentava nestes dois artigos um projecto escolar que marcava uma rotura com a prática existente. Eliminando das suas intenções curriculares a formação religiosa, ele assentava basicamente numa instrução objectiva onde as ciências do real tinham lugar destacado.

Por outro lado, cabe salientar que o projecto de José Maria Chaves tinha um carácter eminentemente pragmático. Em lugar da declaração doutrinária, o articulista fazia um esforço no sentido de apresentar uma proposta praticável no interior das condições objectivas. Na literatura social do período, quase toda de origem radical pequeno-burguesa, o escrito de José Maria Chaves autonomiza-se, esboçando uma cultura operária que exorbitava das humanidades literárias constitutivas do núcleo central da cultura dominante.

A posição de José Maria Chaves é solidária com a dos primeiros socialistas portugueses no tocante à convicção de que a emancipação da classe operária passava pela instrução e pela moralidade. Teoria grata ao pensamento dos reformadores sociais, é certo, mas também à Maçonaria que, no nosso país, acompanha de perto o movimento social.

A criação da Sociedade de Instrução dos Operários em Coimbra

A fundação da *Sociedade de Instrução dos Operários* inscreve-se no contexto de uma cidade e região onde as questões políticas, sociais e culturais não eram olhadas com indiferença. Apesar de professores, estudantes e população nem sempre se terem juntado no mesmo campo, Coimbra esteve presente na maior parte das lutas patrióticas e democráticas. Por ocasião das invasões francesas, estudantes e povo aparecem-nos irmanados contra o invasor. Mais tarde, o batalhão de D. Pedro IV pôde contar com voluntários académicos. Em 1844 e 1846, Coimbra será teatro de insurreições populares marcantes, e, em 1851, 500 democratas exigirão em Coimbra a demissão de Costa Cabral e 2000 pessoas aclamarão nas ruas a revolta da guarnição militar do Porto, graças à qual a ditadura de Costa Cabral será derrubada por Saldanha (19).

Por outro lado, os ideários progressistas tiveram ampla ressonância entre a juventude universitária. A Maçonaria penetrou profundamente em Coimbra desde os albores do século XIX. Em 1828, a Sociedade Secreta dos Divodignos empenha-se no combate ao miguelismo, não recuando, primeiro perante o rapto, depois perante o assassinio, de alguns lentes que se dirigiam a Lisboa para cumprimentarem D. Miguel em nome da Universidade. Finalmente, em 1848, à sombra do Partido Progressista, a Carbonária faz o seu aparecimento na cidade. Todo este processo decorrerá de forma pouco pacífica: o Miguelismo criará uma Junta Expurgatória, encarregada de expulsar da Universidade professores e estudantes progressistas, e reprimirá pelo sangue a chamada conspiração dos Divodignos. Além disso, noutras ocasiões, os poderes instituídos «riscarão» da Universidade, em nome da ordem, alguns dos seus elementos mais contestatários (20).

A participação do operariado nas lutas políticas e sociais estava necessariamente condicionada pelo seu peso demográfico e pelo grau de consciência que a sua experiência social lhe permitia. José Amado Mendes faz notar, a propósito, que as oficinas e pequenas fábricas predominavam no meio industrial coimbrão pelos fins da década de 40, condicionando a área social relacionada com a indústria. Quanto ao nível de cultura, o mesmo investigador revela que, em 1847, em 65 operários apenas 20 sabiam ler e escrever (21).

O problema da instrução era, precisamente, um dos objectos de

(19) Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, Carlos da Fonseca, *ob. cit.*, p. 59.

(20) Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.* O associativismo estudantil prosseguirá em Coimbra, por meio de sociedades mais ou menos efémeras, como será a do Raio, criada nos anos 60.

(21) José Amado Mendes, *loc. cit.*, p. 67.

reflexão mais constantes na imprensa democrática de Coimbra. Para o verificarmos bastará percorrer *O Liberal do Mondego*, cujo aparecimento se situa em 1851. Entre outros temas era dado o maior ênfase às questões referentes à instrução primária, o sector de ensino de maior importância estratégica em ordem à escolarização das classes populares.

Se a «opinião ilustrada» abordava a questão da instrução pública como tema jornalístico, o assunto seria encarado em termos diferentes pelos elementos do estudantado e do operariado que vão empenhar-se na constituição da *Sociedade de Instrução dos Operários*. Para eles não se tratava apenas de discutir a orientação da política educativa senão de levantar uma associação capaz de promover realizações práticas.

Segundo tudo indica, semelhante posição representava a adopção de uma nova estratégia política por parte da corrente radical anteriormente derrotada pelo Cabralismo. O ano de 1851, escreve Joaquim Martins de Carvalho, assinala o início de uma época «florescente» para o operariado. As lutas civis tinham cessado, e a tranquilidade que daí decorrera conduzira a que as ideias se voltassem «para o lado pratico e util, desenvolvendo-se d'uma maneira prodigiosa o espirito de associação» (22).

Algumas passagens dos textos inéditos publicados em anexo são de molde a confirmar a hipótese de que a corrente radical, ao menos na sua manifestação coimbrã, trocava a luta armada pela luta política pacífica, participando, desde logo, nas eleições determinadas pelo governo regenerador em finais daquele ano de 1851. Efectivamente, embora o texto referenciado tenha por autor Carlos Ramiro Coutinho, futuro Visconde de Ouguela, e este possa ter-se deixado inebriar pelo sabor capitoso da retórica, não foi decerto fortuita a referência às duas mais graves derrotas sofridas nas lutas civis pelas forças democráticas e o estabelecimento de um nexos de continuidade entre elas e a participação no combate eleitoral: «Os operários de Coimbra», escreve, «quiseram mostrar aos seus irmãos de Portugal, que não tinham caído todos em Torres Vedras, e Valpassos que haviam ficado mortos para defenderem até à morte as opiniões políticas que sempre proclamaram».

As tarefas imediatas com que o operariado coimbrão se confrontava, apoiado por elementos estudantis, eram a eleição de Joaquim Martins de Carvalho, funileiro e futuro director do *Conimbricense*, e a organização da sua própria actividade no campo da luta cultural.

No concernente às eleições, sabe-se que a movimentação operária se fizera sentir desde os primeiros dias de Outubro. Na verdade, *O Liberal do Mondego* noticia a realização de uma reunião onde estiveram presentes cerca de 300 trabalhadores. Desse encontro teria resul-

(22) Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 219.

tado uma mensagem dirigida ao *Eccô dos Operários*, através de Carlos Ramiro Coutinho, que era seu redactor em Coimbra, o qual a remete a um tal Mendonça, a quem segundo o mesmo órgão de Imprensa, caberia depois a leitura de um manifesto eleitoral onde se salientava: «A classe operária precisa instrução, não só primária e secundária, mas sobretudo profissional» (23).

De acordo com um dos textos que publicamos em anexo, na noite de 2 de Novembro de 1851 elementos do operariado e do estudantado progressista prestaram homenagem ao candidato operário Joaquim Martins de Carvalho, produzindo-se no decurso da sessão algumas declarações de fé bastante expressivas. Havia motivos razoáveis para ter esperança: dois dias depois, Joaquim Martins de Carvalho seria eleito pelo 5.º Círculo de Coimbra (24).

Entretanto, os elementos da corrente radical que se aglutinavam em Coimbra não descuravam outros sectores da sua frente de intervenção. A existência na cidade do Mondego de uma «Delegação dos Operários», também presidida por Joaquim Martins de Carvalho, sugere a existência de uma organização com ligações a Lisboa. De entre as várias acções programáveis ponderava-se, num daqueles textos, sob a forma de «quesitos», aquelas que seriam susceptíveis de concretização: formar ou não uma «grande» associação operária independente, ou, pelo contrário, criar uma delegação? Criar imediatamente ou não um jornal em Coimbra?

Uma decisão tomada, ainda no decorrer do mês de Outubro, visava encaminhar o operariado local para uma experiência associativa. O *Ecco dos Operários*, pela mão de Carlos Ramiro Coutinho e sob o título de *Mais uma sociedade de beneficência*, explicitava as finalidades de educação social que os projectos instrucionais e associativistas abarcavam, bem com a razão de ser do programa das forças progressistas: «Educar os operários, dar-lhes os conhecimentos próprios para os misteres que exercem, e inculcar-lhes o sentimento do que podem, e do que valem — formar associações locais de beneficência, que por diminutas prestações ministrem aos artistas medicamentos e desvelos: eis a revelação de todos os nossos esforços e o resumo de todas as nossas aspirações» (25).

As finalidades assistenciais de tais associações não excluía, por isso mesmo, o desenvolvimento de actividades de instrução elementar

(23) *O Liberal do Mondego*, n.º 54, 4-10-1851; n.º 55, 7-10-1851. No primeiro destes dois números afirma-se que o operariado estava mais ou menos filiado nos partidos, o que é significativo de uma consciência política mais desperta do que usualmente se julga.

(24) *O Liberal do Mondego...*, n.º 67, 4-11-1851.

(25) *Ecco dos Operários*, n.º 52, 2.ª série, 25-10-1851, p. 33. O artigo é datado de Coimbra, 13 de Outubro do mesmo ano.

e profissional. Assim, noticiando que durante o mês de Março findo, vários cidadãos reunidos na Câmara tinham decidido formar um Monte-Pio cuja finalidade era a prestação de assistência na doença aos operários, bem como às respectivas viúvas e órfãos, o articulista acrescentava: «Os redactores deste projecto não ignoram a necessidade que temos de derramar a instrução pela classe operária, e por isso prometeram levar mais longe o fim da associação — educando gratuitamente os filhos dos sócios falecidos» (26).

Semelhante iniciativa não parece ter partido especificamente da classe operária. Como quer que fosse, sob o ponto de vista cultural, ela beneficiava de modo apenas indirecto os trabalhadores adultos.

Esse facto explicará, provavelmente, que a *Delegação dos Operários de Coimbra*, em reunião havida a 4 de Outubro de 1851, a que assistiram, segundo Martins de Carvalho, «vários académicos e artistas», tenha decidido responder concretamente ao que viria a denominar a «mais palpitante necessidade das classes democráticas em Portugal — a instrução pública gratuita». Uma das primeiras decisões tomadas foi a designação de uma «Comissão encarregada de promover a instrução». Essa comissão, a que o autor dos *Apontamentos...* chama «mesa provisória», era constituída por Joaquim Martins de Carvalho, presidente, Carlos Ramiro Coutinho e Filipe de Quental, secretários, e Domingos Sebastião Sanches, tesoureiro. A 22 do mesmo mês, em segunda reunião nocturna, decidiu-se avançar em ordem à concretização prática dos cursos, como consta das páginas de um relatório adiante publicado na íntegra.

Além do discurso característico da corrente radical sobre a importância da instrução popular, o relatório denunciava a afronta das disposições inscritas na Constituição acerca da matéria, definindo-as como o «enunciado» da hipocrisia dos estadistas portugueses (27).

Não se limitava a Comissão a elaborar um relatório pejado de considerações exprobatórias sobre a doblez dos políticos burgueses: produzira um esquema curricular e tomara disposições em ordem a pôr os cursos em funcionamento.

(26) *Idem*, p. 34. O artigo esclarecia ainda que os órgãos directivos constavam de um presidente, três vogais e um tesoureiro, havendo três operários na direcção, um dos quais era Joaquim Martins de Carvalho. Informava-se também que o projecto de estatutos se remetera à Secretaria de Estado de Negócios do Reino, com vista a aprovação (*Idem, ibidem*).

Entretanto, no *Regimento interno da Sociedade do Monte-Pio Conimbricense* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854), as finalidades de instrução não aparecem como preocupação estatutária.

(27) Dois textos constitucionais «asseguravam» a instrução primária gratuita: Carta Constitucional (1826), art.º 145, § 30.º; Constituição de 1838, art.º 28.º, n.º I. Cf. Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1981, p. 117 e p. 151.

A organização dos cursos

A orientação do ensino, tal qual a Comissão o planeara, excedia claramente os limites da mera alfabetização. Pelas matérias contempladas e pelo nível dos cursos esquematizados, a *Sociedade de Instrução dos Operários* perseguia mais amplas finalidades formativas. A intenção de assegurar uma formação de conteúdo político e social parece poder inferir-se desde logo de certas passagens do relatório, de que é exemplo aquela que reactualizava os valores fundamentais da Revolução de 1789: «A emancipação de todos os povos não vem longe, a emancipação de todas as classes pressentimo-la já, é preciso pois que apareçamos todos sem que nenhum se julgue mais pequeno por lhe terem faltado com a instrução necessária. Convém de mais que todos possam soletrar as palavras Liberdade, Igualdade e Fraternidade e conhecer o número de Direitos e deveres que precede a cada um destes dogmas grandiosos».

A intenção de assegurar uma formação mais ambiciosa do que a mera alfabetização traduzia-se por mais de um modo no desenho dos currículos e, consequentemente, na organização dos cursos. Quanto à instrução primária, nota-se, em primeiro lugar, que a aritmética aparece como tema de um curso diferenciado, ao mesmo tempo que a História nacional e a Geografia, especialmente a da Península, faziam a sua entrada nos programas.

Outro aspecto frisante é a renúncia ao ensino da doutrina cristã nos moldes clássicos em que as escolas o realizavam. A inclusão dos «Princípios de moral, acompanhados dos preceitos mais gerais do Cristianismo», representa, porventura, a primazia concedida a uma filosofia social de matriz cristã que marcou a ideologia da classe operária, influenciando a sua concepção da sociedade e a sua prática social (28).

Em relação à instrução secundária, o currículo proposto divergia igualmente do adoptado nos liceus. Um dos primeiros aspectos a salientar era o da opção pelo ensino da língua, história e literatura espanholas, a par do ensino da língua francesa. É difícil compreender a oferta do estudo desta língua estrangeira fora da hipótese de uma aproximação política e cultural com a outra nação ibérica (29).

(28) Os textos aqui publicados oferecem exemplos de continuidade entre dois universos culturais. Ver, a propósito, duas interessantes sondagens sobre dois domínios diferenciados em que a questão se levanta: Mário Vilela, *O léxico da simpatia. Estudos sobre o campo lexical da «determinação substantiva» da simpatia humana e social (1850-1900) e o respectivo contexto cultural*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980; Fernando Catroga, «Os primórdios do 1.º de Maio em Portugal. Festa, luto, luta», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989, pp. 445-499.

(29) Victor de Sá, *Perspectivas...*, cit., p. 212, considera que os mesmos propó-

Os objectivos formativos visados pela instrução secundária na área social e política tornavam-se mais evidentes ao constatar-se o aparecimento de disciplinas como História da Democracia, o Direito ou a Economia Política, contrabalançando o estudo da Aritmética, da Geometria, da Química, da Física e do Desenho.

A ausência de referência ao estudo da Língua, Literatura e História portuguesas durante a instrução secundária tem a sua explicação, provavelmente, no facto de este segmento da escolaridade constituir um prolongamento directo da instrução primária.

Mais notável, pela rotura cultural que representa em relação aos liceus burgueses e pelo avanço que manifesta em direcção a uma cultura especificamente ajustada às necessidades do operariado, era a exclusão de matérias como por exemplo, a Latinidade, a Oratória, a Poética e a Literatura Clássica, a Língua Grega, a Filosofia Racional e Moral que faziam parte dos currículos liceais ⁽³⁰⁾.

O funcionamento dos cursos e os seus monitores

Os regimes de funcionamento dos cursos previstos nem sempre têm explicitação clara no manuscrito. No referente à instrução primária, os domingos e dias santos aparecem-nos mais sobrecarregados: aulas às 8 horas da manhã (Aritmética); às 10 horas: de Leitura, Escrita, História e Geografia; finalmente às 19 horas: de Gramática e Princípios de Moral. Aulas também às 4.^{as} feiras, às 18 e 19 horas, e às 5.^{as} feiras à última hora da tarde.

Em relação à instrução secundária, o horário de funcionamento dos cursos não se conhece com exactidão. Salientemos, apenas, que a «história da democracia» tinha funcionamento quinzenal, pelo que parece nítido supor que esta matéria seria transmitida sob a forma de conferências.

Conhecemos as identidades dos monitores destes cursos: Filipe de Quental, José Afonso Botelho de Andrade da Câmara, António José Teixeira, Albano Augusto Giraldes, Carlos Ramiro Coutinho, João António dos Santos Silva e Jacinto António Perdigoão ⁽³¹⁾.

sitos se reflectiam na inclusão da Geografia da Península nos programas de instrução primária.

⁽³⁰⁾ Áurea Adão, *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses. Organização administrativa e pedagógica (1836-1860). Contribuição monográfica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982.

⁽³¹⁾ Alguns destes jovens virão a ser individualidades notáveis no campo da política, do ensino ou da ciência: é o caso de Filipe do Quental (1824-1892), tio de Antero e futuro lente de Medicina, homem de mentalidade progressista; de António José Teixeira (1830-1900), que será lente de Matemática; de Carlos Ramiro Coutinho (1830-1897), mais tarde Visconde de Ouguela; de Albino Augusto Giraldes (n. 1826),

Os locais demarcados ao funcionamento dos cursos parecem ter sido meramente provisórios. Sob a presidência do estudante João António dos Santos Silva, a *Sociedade de Instrução dos Operários* arrendara parcialmente o edifício da Misericórdia, na Rua de Coruche, e aí se tinham estabelecido as aulas ⁽³²⁾.

Sabe-se que, entretanto, o associativismo operário fizera novos avanços na cidade, o que teria consequências positivas no plano da instrução. Assim, um comunicado assinado por Francisco Rodrigues Bruno, presumivelmente um operário, informa que a sua classe fazia esforços para se instruir e que os operários de Coimbra enveredavam pelo mesmo caminho. Além da referência à *Sociedade de Instrução* e às suas iniciativas, Rodrigues Bruno informava da existência de um pequeno teatro, não contando com os da Graça e do Largo da Sé Velha, e de três filarmónicas no Bairro Alto da cidade. À noite, após 14 horas de trabalho, precisava-se, cerca de 200 operários distribuía-se por estas «casas de instrução» ⁽³³⁾, designação que, só por si, depõe sobre a diversificação e enriquecimento deste conceito.

O mesmo comunicado permite-nos fazer uma ideia mais rigorosa do público frequentador destas organizações culturais. Os 200 operários eram, na maior parte, «mancebos», isto é, jovens, que reconheciam «com fé que o meio de minorar a sua deplorável condição, é instruírem-se; ter conhecimento de seus direitos e fazer com que a sociedade lhes respeite. Tipógrafos, serigueiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barbeiros, etc. ei-los todos procurando a instrução».

É significativo que os sectores mais interessados na promoção cultural se recrutassem nas profissões onde a cultura literária elementar era obrigatória — caso dos tipógrafos — ou em especialidades manufactureras onde predominava uma retribuição baixa. Um sector industrial importante sob o ponto de vista quantitativo — 130 «operários da louça» — constituía a excepção, «sendo talvez o ofício que sempre tem oferecido melhores salários aos seus operários». Longe, porém, de estabelecer um vínculo entre este desinteresse cultural e o nível salarial atingido, o comunicado endossava a responsabilidade pela situação aos mestres ou aos donos das fábricas, que não estimulavam em tal sentido os seus assalariados.

Durante o ano de 1852 o operariado coimbrão parece ter dado no-

e que será professor na Faculdade de Filosofia, ou de Ricardo Guimarães (1830-1889), que veremos, adiante, aderir à monetarização dos cursos, e que é o futuro Visconde de Benalcanfor. Muitos destes moços já tinha militado na política, inclusive alistando-se em Batalhões Académicos. João António dos Santos Silva (n. 1826) desempenhará as funções de médico numa vila ribatejana.

⁽³²⁾ Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 221.

⁽³³⁾ *O Liberal do Mondego*, n.º 104, 3-2-1852.

vos passos, aparecendo-nos uma alusão a uma *Sociedade dos Artistas Conimbricenses*, estreitamente ligada à *Sociedade de Instrução* (34).

Sem prejuízo do prosseguimento da cooperação dos estudantes nas actividades de ensino, a direcção destas parece tender ficar sob a responsabilidade dos trabalhadores. Em Maio de 1852 foi eleito presidente da *Sociedade* José Pereira Júnior e, tendo-se obtido da Câmara Municipal de Coimbra o empréstimo de instalações numa parte do edifício que a edilidade possuía no Arco de Almedina, uma comissão nomeada pela *Sociedade dos Artistas Conimbricenses*, composta por Manuel Venâncio Rodrigues, Manuel Rodrigues Bruno, Manuel Inácio da Conceição, Anastácio Simões e José Pereira Júnior, iria agradecer em Junho essa importante concessão que a *Sociedade* pretendia aproveitar com a única finalidade de se dedicar «ao ensino de todos os operários que quiserem vir às suas escolas nocturnas de leitura, escrita, e aritmética, de línguas, de desenho e de geometria» (35).

Durante o ano de 1852, outros factos influenciariam a actividade da *Sociedade de Instrução dos Operários*. Um estudante nascido em Coimbra, Francisco Castanheira das Neves, regressa à sua cidade natal nos primeiros dias de Outubro daquele ano, depois de ter aprendido em Lisboa o chamado método de leitura repentina ou de Castilho. A adopção do método não se fez esperar: no dia 9 daquele mês era dada «a primeira lição pública pelo methodo de leitura repentina» (36).

Consenso e fogos fátuos em torno da instrução

Não há indícios de que a Maçonaria, a principal organização político-cultural da burguesia na centúria de Oitocentos, haja tido interferência na fundação da *Sociedade de Instrução dos Operários*. É certo que entre os estudantes que prestavam a sua colaboração nos cursos e que tinham estado na origem da associação, havia gente de convicções maçónicas, tal como Filipe de Quental ou Carlos Ramiro Coutinho. É possível que também entre os elementos operários existissem pessoas do mesmo credo. Entretanto, só em Outubro de 1852, quando ia para um ano que a actividade da *Sociedade* se realizava, é que aquela organização secreta deu sinais de intervenção directa no campo da instrução popular. Foi o caso que Francisco Castanheira das Neves trouxera de Lisboa a autorização para fundar em Coimbra uma «loja» maçónica, o que faria nos primeiros dias de Outubro do ano referenciado. A «loja» foi constituída com estudantes e trabalhadores, registando-se

(34) *O Liberal do Mondego*, n.º 152, 3-6-1852.

(35) *O Liberal do Mondego*, cit.

(36) Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 221.

um número crescente de sócios. Tomando o título de *Pátria e Caridade*, tinha por finalidade, afirma Joaquim Martins de Carvalho, «proteger em tudo a *sociedade de instrução dos operários*», acrescentando-se que os professores pertenciam à «loja» e que esta promovera «alguns benefícios que se deram a favor da mesma sociedade» (37).

É de crer que os citados «benefícios» se tenham traduzido em concessões da Câmara em matéria de novas instalações, tornadas necessárias pela afluência de novas camadas de alunos.

Com efeito, segundo informação de Joaquim Martins de Carvalho, o acréscimo do número de interessados no ensino registava avanço constante, diversificando consideravelmente o público escolar, em termos etários e ocupacionais, tanto mais que o governador militar autorizara os soldados de Infantaria n.º 9 a frequentarem os cursos: assim, viam-se nas aulas «operários, crianças, soldados, criados de servir, enfim indivíduos faltos de toda a instrução, e que do ensino iam tirando todos os dias reconhecidas vantagens» (38).

Não será necessário admitir que a adopção do método *repentino*, ou, pelo menos, da sua versão coimbrã, fosse responsável por este inesperado crescendo. Como quer que seja, a massificação dos cursos de instrução primária deve ter atingido rapidamente um limiar crítico, visto que a 3 de Novembro decorre a festa de transferência das aulas do Arco de Almedina (onde estavam desde começos de Outubro) para um vasto salão do Colégio da Graça igualmente cedido pelo Município (39).

A festa, «uma das mais solenes, que os operários de Coimbra têm testemunhado», foi de molde a impressionar o público e a suscitar uma forte participação. Os alunos saíram «incorporados» do edifício do Arco da Almedina rumo ao salão do Colégio da Graça, tendo a encabeçá-los uma filarmónica de operários e cantando o *Hino do Trabalho* de António Feliciano de Castilho: «O povo pelas ruas do transitio era imenso», testemunha Martins de Carvalho, «e o salão da Graça e as salas contíguas encheram-se a mais não caber» (40).

Não vamos deter-nos na descrição da sessão, de que Martins de Carvalho nos dá pormenorizado testemunho. Limitar-nos-emos a salientar que, das expressões de reconhecimento produzidas pelos sucessivos oradores, infere-se que um largo consenso se formara em torno desta *Sociedade* e dos seus cursos: Município, estudantado, população de Coimbra, governador militar e, finalmente, o próprio operariado tinham-se congregado em torno de um objectivo comum.

No entanto, convém relativizar esta impressão e sobretudo algu-

(37) Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 224.

(38) *Idem*, p. 221.

(39) *Idem*, *ibidem*.

(40) *Idem*, pp. 221-222.

mas declarações que se pautavam por um excessivo entusiasmo. O estudante João António dos Santos Silva, por exemplo, evidenciou as vantagens trazidas pelo associativismo aos operários e, «apontando para o grande número de meninos que se achavam presentes, fez ver quão dignos de louvor eram os artistas, que, não obstante terem de sustentar suas mulheres e filhos, iam sem a esperança da mínima recompensa, educar e instruir aquellas criancinhas, que poderiam com o tempo ser úteis a si e à pátria». Outro estudante, Ricardo Guimarães, respondendo ao apelo de José Pereira Júnior à Academia, disse que «a mocidade academica havia de briosamente proteger aquella sociedade, e concorrer activamente para fomentar a instrução popular». A sessão terminaria, inclusivamente, com a demonstração concreta dos progressos dos alunos, tanto em língua francesa como na instrução primária. Nada disso impedia, porém, que, em Outubro de 1853, tendo falecido Francisco Castanheira das Neves e havendo-se licenciado alguns dos estudantes que animavam os cursos, todo o belo entusiasmo se perdesse, e que tanto a «loja» maçónica como a *Sociedade de Instrução dos Operários* terminassem ⁽⁴¹⁾.

Como explicar esta derrocada de uma iniciativa cultural que parecia ter condições para subsistir? É possível que a falta de quadros activos entre o estudantado coimbrão, onde eram recrutáveis, fosse uma das razões determinantes do súbito esvaziamento deste projecto. A ser assim, porém, é visível que o operariado coimbrão não tinha, só por si, a capacidade de direcção e organização dos processos de instrução popular e que o concurso de outros sectores sociais lhe era vitalmente necessário.

É também possível que a aplicação do método *repentino* tenha constituído uma fonte adicional de dificuldades mais do que um adminículo perante um público escolar heterogéneo em termos de idade, mentalidade e experiência social. Não devia ser fácil juntar num vasto salão uma turma de consideráveis dimensões onde se acotovelavam adultos e crianças. Em 1868, numa carta em que agradece a Joaquim Martins de Carvalho a evocação da «Escola regida para crianças, operários e soldados, pelo Castanheira das Neves», Castilho deixa pairar algumas restrições com base em rumores que, nessa época, lhe terão chegado: «Quanto àquela escola devo dizer aqui muito em particular a V. S.^a que segundo as notícias que dela em tempo me chegaram, não correspondeu ao que se devia esperar». E acrescenta, sugerindo a incapacidade de Castanheira das Neves para assegurar um desenvolvimento harmonioso do processo de instrução: «O professor era sem dúvida muito zeloso e não carecente de ilustração; mas nem se tinha iniciado bem no método, nem era naturalmente dotado de bas-

(41) *Idem*, pp. 223-224.

tante energia. Com um professor mais habilitado e activo ter-se-iam operado milagres no que havia duas vantagens simultaneamente: a de convencer incrédulos em terra que tantos e tão fortes ecos dá para todo o reino, e a de promover aí grandiosamente a instrução popular» (42).

Independentemente deste desfecho infeliz, a intervenção estudantil no processo de instrução operária procurou contribuir, não apenas para a aquisição das capacidades literárias básicas, mas também para a formação de uma renovada concepção do mundo. Essa concepção parece caracterizar-se por uma visão idealista da sociedade, a qual, não questionando o sistema económico, mantinha intactas as causas da exploração. Tal ideologia não podia conduzir à emancipação da classe operária. Protesto da consciência, conduzia, quando muito, à consciência do protesto.

As «classes superiores» e a instrução do povo

Poucos anos depois, Coimbra voltará a registar uma segunda tentativa de levar a instrução até ao povo. Desta feita, os protagonistas da acção pertencem à aristocracia e à burguesia lisboetas e coimbrãs. Assim no plano da organização como no da efectivação das acções previstas, estudantes e operários estão agora completamente ausentes. Os últimos são, no máximo, destinatários de uma instrução que outros definem como ajustada aos seus interesses e necessidades.

A iniciativa tem as suas raízes nos programas de acção da *Associação Promotora de Educação Popular*, organização cujos estatutos foram apresentados ao Governo em 1856, vindo a ser aprovados em 1858 (43).

As escolas a criar pela *Associação*, os professores a nomear e os manuais que fossem escolhidos ficavam sob a supervisão directa das autoridades educativas estatais. Semelhantes veleidades de controlo, do mesmo modo que a demora posta na aprovação dos Estatutos pelo Governo não parecem ter afectado o dinamismo da *Associação*. Ainda em 1856 criaria uma escola feminina em Lisboa, na Freguesia de St.^a Isabel, elegendo como método de ensino o de Castilho. No ano seguinte, esta aula feminina seria declarada «escola normal», propor-

(42) A. F. Castilho, *Correspondência pedagógica*. Sel., int. e notas de Fernando Castelo-Branco, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência — Centro de Investigação Pedagógica, 1975, pp. 367-368.

(43) José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos successivos reinados da Monarquia por...*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, t. X, 1882, p. 213 e p. 216. O A. dá os Estatutos como aprovados em 1859, o que é invalidado pela documentação que publicamos em anexo.

cionando formação teórica e prática às candidatas ao ensino que se apresentassem (44).

A *Associação*, cujas finalidades instrucionais formavam extensa lista (45), não visava apenas o ensino infantil, feminino e masculino, mas também a educação de adultos. Desse modo, estava dentro dos seus propósitos o estabelecimento de cursos gratuitos, nocturnos e diurnos, dirigidos precisamente a esse público potencial (46).

Na prossecução de tais finalidades, a *Associação* recorreria às autoridades civis, eclesiásticas e militares, procurando criar, no maior número possível de localidades, comissões de «subscriptores» capazes de auxiliarem a comissão central (47).

O Arquivo da Universidade de Coimbra dispõe de documentação, inédita ao que julgamos, sobre o funcionamento, nesta cidade, de uma filial da *Associação Promotora da Educação Popular* (48). Tais elementos, que reproduzimos em anexo, permitem ampliar as informações prestadas a propósito por José Silvestre Ribeiro.

O primeiro documento disponível é uma carta-circular, dirigida ao Bispo de Coimbra e Conde de Arganil a 25 de Novembro de 1858, pelo Duque de Saldanha e por um conjunto de signatários que aparece como responsável pela iniciativa da *Associação*: além da assinatura, quase ilegível, de Castilho, registam-se as de José Jacinto Tavares, Manuel José Mendes, António Rodrigues Sampaio, Augusto Xavier Palmeirim, Rodrigo Paganino, António da Silva Tullio, Joaquim Sargedas, António Maria Baptista e António de Cabedo.

Se os remetentes parecem pertencer aos círculos influentes da literatura e da política, o mesmo se pode afirmar dos seus destinatários coimbrões: a carta-circular foi enviada ao Bispo-Conde mas também a personalidades cimeiras da vida universitária ou social, tais como Basílio Alberto de Sousa Pinto, Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, João de Sande de Magalhães Mexia Salema, José Maria de Abreu, Justino António de Freitas, António José de Freitas Honorato, Raymundo Venancio Rodrigues e D. Diogo Barata Thovar e Albuquerque (49).

Dispensando-se de demonstrar a relevância de promover «a educação, e instrução das classes desvalidas, especialmente no sexo fe-

(44) José Silvestre Ribeiro, *ob. e loc. cit.*

(45) *Idem*, pp. 215-216.

(46) *Idem*, p. 215.

(47) *Idem*, pp. 215-216.

(48) AUC. Caixa n. numerada.

(49) As individualidades mencionadas nos dois parágrafos precedentes são quase todas familiares ao estudioso das questões oitocentistas. Neste grupo, além de lentes de Coimbra (expressivamente representados), aparecem escritores, um militar, um futuro arcebispo, um actor amador famoso e até um professor de instrução primária que fora colaborador do *Jornal do Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas*: António Maria Baptista.

minino», os signatários da carta-circular escudavam-se, quanto a este sector, no argumento aduzido tradicionalmente pelos seus defensores: o papel educativo da mulher ⁽⁵⁰⁾.

A actividade da *Associação Promotora* firmava-se num critério economicista em função do qual não eram prioritárias a criação e manutenção de escolas. É visível que o cuidado em evitar compromissos com os custos recorrentes levava a *Associação* a fundar estabelecimentos apenas em locais onde a rede escolar não oferecesse oportunidades de escolarização. Nos centros urbanos de maior dimensão e em zonas providas de escolas, onde a evasão escolar decorresse da falta de meios económicos, da parte dos alunos, para suportarem os custos de escolarização, decidira-se cobrir essas despesas ou subvencionar a frequência de escolas particulares se tal se justificasse por motivos geográficos ou de qualidade do ensino. Na lógica desta política de «acção social escolar», a *Associação* admitia a contribuição para a compra de vestuário e calçado às crianças carenciadas, chegando mesmo a lembrar o grande número de alunos necessitados de alimentação.

Uma segunda aposta da *Associação* era a dinamização das potencialidades locais. A sua proposta fundamental era estimular as iniciativas de outras personalidades, numa perspectiva de solidariedade que trouxesse a igualização dos recursos.

Que efeitos produziu este apelo em Coimbra?

Uma primeira constatação vai no sentido de que, renunciando-se à iniciativa directa na criação e manutenção dos cursos, os dirigentes locais terão preferido estimular a militância pedagógica dos profissionais de ensino oficial, pressionando-os por intermédio das autoridades escolares ⁽⁵¹⁾.

Assim, dispomos de duas cartas, ambas datadas de 15 de Janeiro de 1859, em que dois professores do ensino primário pedem escusa

⁽⁵⁰⁾ «As futuras mães de família tem de ser o instrumento principal da civilização do povo na geração que nos succeder», escreve-se na carta-circular enviada para Coimbra e certamente para outros pontos do país. Inscrevem-se na mesma tendência os versos escritos por Castilho e dirigidos às mulheres, versos que se destinavam a ser declamados por Emília das Neves numa récita levada a efeito precisamente a favor de uma *Associação «Portuguesa» de Educação Popular*, que julgamos ser de facto a *Associação Promotora*: «Para os homens o fôro, a industria, o parlamento/a força, a espada, a glória, o estrondo, o movimento;/a escola é nossa; é nosso o quinhão que mais val;/a escola é da mulher desde que é natural,/desde que chama, attrahe, com pródigo carinho,/desde que jaula horrenda é claro ninho/... Mulheres, eia!, avante!, anjos da santa esmola,/vosso foi sempre o berço, e é berço augusto a escola». Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses*, Coimbra, 1909, p. 421.

⁽⁵¹⁾ No entanto, segundo José Silvestre Ribeiro, a filial coimbrã da *Associação Promotora* teria deliberado, de acordo com o Governo Civil e com o município, a criação de uma escola primária para adultos, nocturna e gratuita, a funcionar quando se atingissem as 20 matrículas, e de que seria regente Francisco Marques Perdígão (*História dos Estabelecimentos...*, cit., p. 218).

ao Comissário de Estudos dos convites que lhes tinham sido endereçados, depreendendo-se, do primeiro caso, que se tratava de um curso para trabalhadores a ministrar nos dias feriados e, no segundo, de um curso nocturno igualmente para trabalhadores. A incompatibilidade de tal tarefa com uma docência caracterizada como trabalhosa é a razão fundamental da recusa.

Noutro caso, porém, a filial coimbrã da *Associação Promotora* parece ter conseguido êxito. As cartas de 3 de Maio e 8 de Julho de 1859, ambas do professor Joaquim José de Oliveira, colocado em Ançã, concelho de Cantanhede, comprovam que um curso para operários fora instituído nos dias santificados.

Relativamente aos conteúdos do ensino, verifica-se a forte incidência da doutrinação religiosa, o que não ocorria nas aulas promovidas pela *Sociedade de Instrução dos Operários*: as actividades escolares abriam com a leitura do «Compêndio da Fé» e encerravam com a do resumo da História de Portugal e da Civilidade Cristã.

Por outro lado, o professor acentua a «docilidade» dos alunos e a aceitação de uma forma de organização do ensino que, pela respectiva descrição, se aproximaria do ensino mútuo.

Uma tabela anexa indica-nos as identidades dos «mancebos operários» que frequentavam a aula. A esse respeito, a primeira observação tem a ver com a conotação do termo «operário» que, no contexto evocado, é sinónimo de *trabalhador*. Com efeito, em matéria de profissões, a maioria dos alunos ocupava-se na produção agrícola.

Quanto às idades, oscilavam entre os 12 e os 25 anos. Mais de 80% dos alunos eram adolescentes.

A maioria — cerca de 80% — era natural de Ançã, havendo apenas dois que tinham a Cerdinha como terra de naturalidade. Seria esta igualmente o local de residência?

De salientar, também, o caso de três irmãos — com as idades de 12, 16 e 20 anos — que tinham vindo frequentar a escola, o que parece indicar o reconhecimento, a nível familiar, da importância da instrução.

Um trabalho desinteressado?

A disponibilidade do professor de Ançã para a realização da tarefa valera-lhe elogios da parte da *Associação*. É de supor que, pelo menos no seu caso, não estivesse prevista qualquer outra compensação além desse galardão moral.

Entretanto, o docente sentia-se animado a «expôr uma mágoa» que, no seu dizer, lhe perturbava os trabalhos a que se entregava por dever e boa vontade. Com a passagem da vila de Ançã para a jurisdição da Câmara de Cantanhede, a sala da escola fora-se arruinando gradual-

mente, de tal sorte que a chuva a alagava sem cerimónias, confessando o professor que já se vira obrigado nessas ocasiões a suspender as aulas e a enviar os pequenos alunos para casa. Promessas de reparação da escola recebera várias. Nenhuma, porém, se cumprira. E no entanto, finalizava, se o edifício onde se encontrava instalada a escola não fosse reparado, no inverno seguinte o professor ver-se-ia privado de «casa d'aula, por não haver outra na villa com a capacidade necessaria para o numero de estudantes que frequentão a eschola!».

Em semelhante contexto, seria demais pedir a intervenção da *Associação*, junto do Governo Civil, no sentido de a Câmara Municipal de Cantanhede ser obrigada a reparar um edifício que, de outro modo, «será, e muito em breve, um montão de ruínas?»

Este apelo urgente lançará, porventura, outra luz sobre a disposição benévola do professor de Ançã, relativizando os ímpetus generosos com que parecera empenhar-se em colaborar no programa de instrução popular da *Associação Promotora*?

Conclusão

Parece claro que os contrastes são flagrantes entre as duas iniciativas culturais descritas. A *Sociedade de Instrução dos Operários* inscrevia-se no movimento democrático que, na sua eclosão coimbrã, aparece ligado aos trabalhadores, ao estudantado progressista e, pelo menos quanto à sua vanguarda, à Maçonaria. Numa cidade fortemente marcada pela intensa participação nas lutas pela democracia, a instrução do povo, entendida na perspectiva da corrente radical, era uma das vertentes de um projecto ideológico de regeneração da sociedade.

Tal orientação traduz-se no nível e conteúdo dos cursos previstos, nos quais figuram temas educacionais cujos objectivos eram politicamente orientados.

Esse traço distinguia-os dos conteúdos instrucionais prevaletentes no ensino regular. Mesmo as matérias de índole religiosa — apelidadas de «Princípios Gerais do Cristianismo» — parecem exceder o horizonte habitual do catecismo e, portanto, da doutrinação católica. É provável que os «Princípios Gerais do Cristianismo» esboçassem uma filosofia social que, apesar de eivada de sentimentalismos idealistas, se inseria na busca da legitimação transcendente de um descontentamento popular incapaz, por então, de achar na história os seus concretos fundamentos.

A *Associação Promotora de Educação Popular*, ao invés, deriva de uma iniciativa dos estratos sociais aristocrático-burgueses, procurando apoios entre personalidades em evidência no meio social e universitário coimbrão. Recorrendo preferencialmente às instituições escolares constituídas no aparelho do Estado procuram utilizá-las, ati-

rando para as costas de terceiros — os professores — o peso de uma tarefa suplementar gratuita.

Apesar do seu carácter esporádico, a iniciativa operária e estudantil representada pela *Sociedade de Instrução dos Operários* assinala identidade de objectivos entre as duas vanguardas. As diferenças que a separam de outras iniciativas idênticas mas procedentes das classes e camadas hegemónicas, permitem-nos admitir que a intervenção estudantil, mau grado o sonho, desmedido e vão, da transformação social através da «conversão dos espíritos», iniciou um caminho que continuaria a ser, em muitos aspectos, percorrido em comum, rumo a mais amplos horizontes.

Entretanto, a instrução operária tornara-se condição objectiva do processo de desenvolvimento capitalista de que a Regeneração é expressão política. A 28 de Novembro de 1852, Fontes Pereira de Melo declara necessária a obtenção de «esclarecimentos estatísticos» susceptíveis de habilitar o Governo a conhecer «o estado actual da instrução das classes operárias, a fim de providenciar o que for mais urgente e bem do ensino industrial», pelo que envia aos Governadores Civis um impresso a preencher, graças ao qual remetessem «informações exactas acerca da instrução elementar dos operários das fábricas dos seus distritos (...)» (52). Pouco mais de um mês volvido sobre esta portaria, o Governo publica o decreto de organização do ensino industrial, do mesmo modo que já publicara um diploma de igual nível para o ensino agrícola (53).

Deste modo, é lícito dizer que o combate operário e estudantil pela instrução popular se torna inconfundível com uma reivindicação corporativa determinada por um estreito egoísmo de classe. Corresponhia, pelo contrário, a uma questão nacional para a qual as forças sociais dominantes prometem soluções que, afinal, têm quase sempre uma evolução frouxa e decepcionante na nossa história pedagógica.

Resta saber, porém, porque motivo conhecem destinos tão vacilantes as iniciativas de que são exemplos a *Sociedade de Instrução dos Operários* ou a *Associação Promotora de Educação Popular*. A reflexão herculaneana, referenciada neste estudo, poderá, acaso, contribuir para a compreensão das flutuações oitocentistas da procura e da oferta do ensino escolar e extra-escolar em Portugal.

(52) José Justino de Andrade Silva, *Collecção Chronologica da Legislação portugueza compilada e annotada por...*, anno de 1852, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1853, Trimestre IV, 1852, p. 59.

(53) Ensino especial agrícola: *Idem*, trimestre IV, p. 78 (Dec. de 16-12-1852); ensino industrial: *idem, ibidem*, p. 125 (Dec. de 30-12-1852). O ensino técnico foi ainda objecto de uma portaria de 21 de Outubro do mesmo ano, relativa à cadeira de Geometria e Mecânica aplicada às artes e officios, em funcionamento no Liceu Nacional de Lisboa (*Idem, ibidem*, p. 25).

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

1. *Manuscritos referentes à Sociedade de Instrução dos Operários*

[F. 1] — Sociedade de instrução dos operários de Coimbra.

1851

1.º quesito — É conveniente que se forme nesta cidade por em quanto uma grande associação operária, ou será mais util crear-se uma delegação?

2.º quesito — Dever-se-ha crear já um jornal nesta cidade, ou dever-se-há adiar essa publicação, ficando a cargo da delegação o determinar a epocha d'essa publicação?

3.º quesito — Deve-se remetter o relatório como está, salva a redacção, p.^a a comissão de Lisboa.

[F. 2] — Relatório da comissão encarregada de promover a instrução.

Cidadãos — Na última reunião, q. teve lugar na noite de 22 d'Out.º decediu-se que a Delegação dos Operários de Coimbra desse começo aos seus trabalhos praticos acudindo immediatam.te a mais palpitante necessidade. das classes democraticas em Portugal — a instrução publica gratuita.

O povo cansado de tantos annos de licções tam caram. pagas; victima escolhida para todos os holocaustos, e escravo despresado logo que as ambições s'enthronisam ia caminhando rapidam.te — graças aos corruptos e aos ambiciosos — para o m.s profundo e perigoso de todos os scepticismos — o scepticismo originado pela experiencia sem ser acompanhado da instrução.

Os estadistas do nosso país ⁽⁵⁴⁾ por uma irrisão pungente e horrivel lançaram no padrão dos nossos direitos politicos um paragrafo que diz: a Constituição garante a instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos. — é o *Salve, rex judacorum* com q. os scribas e phariseus apupavam a Christo no Golgotha das expiações — é o ultimo dos escarneos, e das affrontas, é o enunciado da sua hypocrisia por q. não ousam negar bem alto o obscurantismo de q. são partidarios e defensores.

É tempo de acordarmos — é tempo de que a indignação nos suba ao rosto, e que córemos — envergonhados da ignorancia, e inercia em que temos vivido.

É sabido que esse grito de fome por mais d'uma vez tem sido despregado em pendão ⁽⁵⁵⁾. Mas se a fome do corpo destróe poderes solidam.te constituídos por que é que a fome d'alma, a fome do espirito não poderá apagar crenças tradicionaes?

O povo caminha com a cabeça levantada, e caminha silenciozo; mas nós juramos que elle tem fome, que elle tem fome do pão d'alma, que de ha m.to não tem sido alimentado com a verd. e leald. e esperança, honra, sympathias, e com esta pura gloria; q. mata ou engana a sede. Não basta ter pied.e do corpo, o espirito ha-de acabar por clamar bem alto se m.tos se derem as mãos para o destruir.

Que tem feito os governos, neste país pelas classes operarias? Nos vo-lo diremos: — desdenham os filhos do povo por que lhes repugna [F. 2v] ajudar ou proteger o homem que se curva durante largas horas sobre um trabalho as mais das vezes rude

⁽⁵⁴⁾ «Os scribas e phariseus do seculo 19.º» lia-se na primeira versão do texto.

⁽⁵⁵⁾ A versão original era a seguinte: «É sabido que o primeiro grito de fome se tem mais d'uma vez içado em pendão». A frase foi modificada, mas o A. não a retocou devidamente.

e espinhoso. So lhes fala para lhes pedir — dinheiro, sangue, ou suor. Quando chegam a idade de serem recrutados allista-os, faz-lhes aprender a rodar sobre a direita e sobre a esquerda, lança-os em quartéis onde pullula o vicio, e a ignorancia, e apaga-lhes os poucos preceitos de dignidade e de virtude que na casa paterna haviam aprendido.

Ora, sejamos francos, toda esta fingida moral de deveres, de submissão as prepotencias dos governos, de obediencia cega aos dictames do poder e de amor pela gloria, toda esta phraseologia consagrada p.^{os} conquistadores, e baseada no direito da força para quem analyza, e vê as coisas na sua verdadeira luz, torna-se bem odiosa, e bem infame.

O povo está cansado de luttas estereis, e de eloquentes banalidades — o povo como o israelita nos desertos da Asia já duvida de encontrar a terra da promissão. O sopro do scepticismo vem bafejar-lhe as faces, convem que os homens que hoje lhe fallam, lhes apontem de bem perto os resultados praticos da sua missão — quer ouvir palavras como as do apostolo ao paralytico — *Tolle et ambula*, quer vêr ainda que seja apenas (?) o alvorecer d'esse dia de civilização e de fraternidade (56).

A emancipação de todos os povos não vem longe, a emancipação de todas as classes pressentimo-la já é preciso pois que appareçamos todos sem que nenhum se julgue mais pequeno por lhe terem faltado com a instrucção necessaria. Convem de mais que todos possam soletar as palavras Liberdade, Igualdade e Fraternidade e conhecer o numero de D.tos e deveres que precede a cada um destes dogmas grandiosos.

Os membros da Commissão encarregada de promoverem a instrucção grat. pesaram todas estas considerações, aliviaram todos os resultados, que podiam vir a alcançar, como é dado a homens poderem avaliar o futuro. Os membros da Commissão se lhes fallece o engenho e a instrucção sobra-lhes a fé — e a fé é uma poderosa alavanca quando uma associação a dirige, e emprega.

[F. 3] — Irmãos e collegas — O pensamento que leva os membros da Commissão a tractar semelhante trabalho é nobre, e grandioso, há n'elle um desdem bem severo para os homens da situação e uma lição muito digna para os nossos filhos imitarem — Os membros da Commissão conheceram o passo que iam dar e foi por isso que ao assignar o Relatório, cheio de jubilo se abraçaram estreitam.te.

O fim da nossa Associação, como sabeis, não é só a instrucção gratuita, este é um delles, e o que mais de momento demandava a nossa attenção. Vamos executalo — que a realização d'este nos enthusiasme, e nos dê força para continuar nos trabalhos a que nos propusemos.

Os membros desta associação são todos democratas — operarios e academicos temos a mesma bandeira politica, religiosa e social. Porem os membros da associação operaria de Coimbra não são exclusivistas, não podem servir o obscurantismo, não querem, nem devem fazer distincções quando se trata de promover a instrucção, e derramar o maior numero possivel dos conhecim.tos humanos.

A instrucção é dada por todos, e para todos.

Decorai pois esta formula, e n'ella achaes a base de quaesquer estatutos q. a Commissão encarregada da Instrucção gratuita possa vir a regularisar.

A Associação pode desde o dia — de Novembro declarar aberto os seg.es cursos.

(56) Surge em seguida uma frase rasurada de que parecem ter subsistido as palavras «e da victoria».

Intervenção estudantil em Coimbra

— 3 Cursos de Instrução primaria —

1.º Curso professionado pelo Snr. Filippe do Quental, estud. de math. comprehendendo:

Domingos e dias santificados
às 10 horas da manhã, quartas-
-feiras, às 7 horas da tarde na
rua dos Coutinhos. { Leitura
Escripta
Principios geraes de Historia Portugueza
Noções de Geographia, e com especialid.e
a da peninsula

2.º Curso professionado pelo Snr. Jose Affonso Botelho Andrade, est. de dir. comprehendendo:

Domingos e quintas-feiras
às 7 horas da noite, na Rua dos
Coutinhos { Grammatica Portuguesa
Principios de moral, acompanhados dos precei-
tos mais geraes do Christianismo.

[F. 3v]

3.º Curso professionado pelos Snres. Teixeira, e Albino, estud. de math, comprehendendo:

Domingos às 8 horas da ma-
nhã, quartas-feiras às 6 horas
da tarde
R. das Sollas em casa do Snr.
Teixeira. { Elementos de Arithmetica

— Instrução secundaria —

1.º Curso, professionado pelo Snr. Carlos Ramiro Coutinho, est. de direito, comprehendendo:

{ Tradução da Lingua hespanhola e ideas geraes sobre a historia e litteraria (sic)
hespanhola.

2.º Curso, professionado pelos Snrs. Teix.^a e Albino, est. de mathem. comprehendendo:

Hora mencionada
Local mencionado { Elementos de Aritmetica
Elementos de Geometria
Noções geraes de Chymica, e Physica
Desenho linear

2.º (sic) Curso, professionado pelo Snr. J. e Affonso, est. de direito comprehendendo

Hora mencionada
Local mencionado { Francez

3.º Curso, professionado pelo Snr. João Ant.º dos St.ºs Silva, est. de med., comprehendendo

De 15 em 15 dias
aos sabbados às 6 horas
— Rua do Correio

{ A historia da democracia

4.º Curso, professionado pelo Snr. Perdigão, est. de dir., comprehendendo

Sem hora fixa nem
local determinado
por emquanto.

{ Elementos de Dt.º Natural e de D.º das gentes
Noções geraes de Economia politica

5.º Curso, professionado pelo Snr. Coutinho, est. de dir., comprehendendo

No mesmo

{ Elementos de D.º Publico

A Comissão tem pois o prazer de participar ao cidadão Prezid.e, que rematou os trabalhos de q. por em.qt.º havia sido encarregada, e roga ao m.º cidadão q. faça constar pelos meios competentes aos nossos irmãos e collegas o q. por este relatório vos acabamos de expor. O relator Cout.º.

Assignados

[F. 4]

Am.º Mendonça. Os operarios de Coimbra rogaram-me que fizesse publicar no nosso jornal a descripção da ovação por elles preparada na noite de 2 de Novembro ao meu am.º Joaq.m Martins de Carvalho, funileiro, residente nesta cidade. Espero pois que faça inserir sem demora o seg.te artigo nas columnas do «Ecco dos Operarios».

Seu am.º

Carlos Ramiro Coutinho

Ha acontecimentos que patenteam claram.te a origem que os produziu — factos simples nas formas por que se manifestam, pouco attendiveis pela estreiteza do espaço em que se revelam, encerram com tudo as mais serias demonstrações pela tempera, e posição dos homens por quem são praticados.

A manifestação de opiniões democraticas não é já um pensamento de temor que algum cerebro vertiginoso fingiu para amedrontar os defensores da situação.

A classe democratica em Portugal tem já consciencia do seu valor — sabe o que pode, e o que quer — sem que as lisonjas a perturbem nem as ameaças a intimidem.

Os operarios portugueses são já os irmãos de todos os operarios das nações mais civilisadas. Sabem como é hastear um pendão da liberdade. Sabem quem são aquelles que lhes fallam a linguagem da verdade, e que hão de sustentar com a constancia de martyres as doutrinas por que tem pugnado.

Os operarios de Coimbra quiseram mostrar aos seus irmãos de Portugal que não

tinham caído todos em Torres Vedras, e Valpassos ⁽⁵⁷⁾ que haviam ficado mortos para defenderem até à morte as opiniões políticas que sempre proclamaram ⁽⁵⁸⁾.

Os operários de Coimbra não lhe fallece a fé, nem a vontade. Os operários de Coimbra decoraram todos as palavras do seu irmão de Marselha quando se lançou a nado para abraçar Kossut: *Não ha obstacullos para quem tem boa vontade* ⁽⁵⁹⁾.

[F. 4v] — Os operários de Coimbra no dia 2 de Novembro offereceram um banquete ao eleitor que os vae representar, ao cidadão Joaquim Martins de Carvalho. P.^a este banquete foram convidados como membros da Delegação dos Operários de C. um dos redactor (sic) do *Ecco dos Operários* que representava a Comissão dos Operários de Lisboa, João Antonio dos St^{os} Silva, Jacinto Ant.^o Perdigão, Filipe do Quintal e C. R. Cout.^o q. (ilegível). O Presidente da Delegação dos Operários de Coimbra, Joaq. Martins de Carvalho a quem foi dado o banquete, para quem se preparara esta ovação, tomou a palavra, e agradeceu a todos os operários e academicos presentes a prova que lhe davam do immenso regosijo que os possuía. O cidadão Martins não poudé prosseguir, espiraram-lhe as palavras nos labios, e estendeu as mãos como para n'um só abraço apertar juncto do seu coração todos os irmãos que o cercavam.

O redactor do *Ecco dos Operários* fallou em nome dos seus irmãos de Lisboa, fallou em nome dos seus collegas, agradecendo os brindes que lhes foram propostos, descreveu rapidam.te o que a democracia tinha ganho até hoje, e terminou pregando aos operários que tivessem fé no futuro, e que trabalhassem de commum accordo para o triumpho das ideas democraticas.

Os Snrs. St.^{os} Silva, Perdigão, e Quintal em breves, e brilhantes discursos demonstraram claram.te que os operários tinham a esperar do futuro se caminhassem pela senda da moralidade e da fraternidade.

O Vice Presidente, o cidadão Jose Pereira fallou ao coração de todos os seus irmãos, expos-lhe com toda a sinceridade das suas crenças as mais sensatas ideas, e as mais bellas maximas — o cidadão J.e Per.^a alem de eloquente foi verdadeiro.

O entusiasmo chegou ao seu auge, os operários levantaram-se approvando com o mais completo regosijo as doutrinas expostas. Passou-se então uma d'aquellas scenas a que M. de Lamartine chamou em dias mais felizes — *o rebate da opinião*.

[F. 5] — No fim do banquete o cidadão J.e Pereira levantou-se pedindo que todos os operários e academicos presentes assignassem o artigo que havia de descrever o banquete para que se não julgasse filha d'um entusiasmo ficticio a demonstração em que todos os cidadãos tinham penteteado (sic) claram.te o fervor das crenças que os dominava.

Coimbra

(57) Rasurado: «no Alto do Viso».

(58) A participação de jovens universitários na guerra civil da Patuleia é factu averiguado. Os soldados do batalhão académico foram integrados na divisão comandada pelo Conde das Antas e, «sob a mais severa disciplina», afirma Pedro Eurico, tinham feito, após a batalha de Torres Vedras, «a tormentosa retirada para o Porto», indo bater-se, depois, no Alto do Viso, onde tinham morrido quatro estudantes e ficado feridos mais oito. (Pedro Eurico, (pseud. de Pinto Osório), *Figuras do passado*, Lisboa, 1915, p. 137). O conflito das «exéquias», ocorrido já em plena Regeneração, tem a ver precisamente com o desejo de a Academia sufragar a memória dos jovens caídos em combate.

(59) Alusão ao episódio evocado por José Félix Henriques Nogueira, em *L. Kosuth*, in *Obra Completa*, t. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, pp. 193-196, em esp. p. 195.

2. Manuscritos referentes à Associação Promotora da Educação popular

A. Carta-circular litografada

Ill.mo Ex.mo e Rev.mo Snr.

Em 15 de Março de 1856 foram submetidos ao Ministerio do Reino os Estatutos da Associação Promotora da Educação Popular, de que temos a honra de enviar a V. Ex.^a um exemplar, que tambem mostra haver-se Sua Magestade Dignado de os approvar por seu Alvará do 1.º de Maio de 1858.

Para pessoas da illustração, e patriotismo de V. (60), seria offensa demorarmos-nos em demonstrar que devem empregar-se todas as diligencias para a educação, e instrucção das classes desvalidas, especialmente no sexo feminino. As futuras mães de familia tem de ser o instrumento principal da civilisação do povo na geração que nos succeder. Sendo esta verdade muito singela e evidente passamos desde já ao objecto principal por que nos dirigimos a V. Ex.^a.

A Associação promotora da educação popular mantém ha quasi trez annos (desde antes mesmo de coordenados os seus Estatutos), uma Eschola numerosa de meninas, e outra de meninos, e vae promovendo e auxiliando por outros modos, e por todos a educação e o ensino.

Como a fundação e manutenção de Escholas seja mais dispendiosa do que, à primeira vista, parece, resolveu a Associação que as exclusivamente á sua custa, só se inaugurassem onde fosse indispensavel pelo maior desamparo em que se encontram as creanças; mas que, assim nas grandes povoações, como em outras menores em que os alumnos só deixassem de comparecer, por falta de meios para satisfazer as despezas necessarias dos livros, e a outras que se faziam nas Escholas regias, determinou se pagassem essas despezas, e se gratificassem as lições que os alumnos podessem receber nas Escholas particulares, se ahi as houvessem preferiveis ás publicas, ou pela proximidade do local, ou pela bondade do ensino. Resolveu, finalmente, que a essas crianças q. do inteiramente desvalidas, se ministrasse o fato, ou o calçado (segundo fosse a necessidade) a fim de poderem frequentar as aulas, pro — [F. 1v] curando-se acudir caridoza, mas sempre economica, e discretamente a estes gastos, com subscrições voluntarias de pessoas humanas e patrioticas.

Em alguns logares, e, sobretudo, em Lisboa, existem Asylas para a infancia desvalida, instituições piedosas, humanitarias, merecedoras de todos os elogios, e que, alem da educação e da instrucção ministram alimento aos Asylados: mas excluindo-se d'estas casas os alumnos que atingem certa idade, todos os que a ultrapassam, ou excedem as posses daquellas instituições, ficam privados do beneficio. O seu numero é espantoso; a sua sorte credora de toda a sympathia. Para acudir a estas creanças, e ás que, nas hypotheses acima apontadas, luctam com difficuldades para se instruirem, é que a nossa Associação se fundou, generalizando depois a sua idea até ás amplas raias demarcadas nos seus Estatutos.

No art.º 3.º dos citados Estatutos verá V. Ex.^a que temos a faculdade legal de nos dirigir-mos ás Auctoridades, e de promovermos crear, no maior numero de terras, Comissões compostas de pessoas que nos coadjuvem. Empenhados em generalisar a instrucção, não podiamos nós ter o proposito de centralisar, à nossa disposição, os recursos que se obtivessem: desejamos, pelo contrario, deixa-los quasi sempre nas proprias localidades dos contribuintes, para ahi se applicarem segundo as suas necessidades, e circunstancias, suscitando apenas a lembrança de que as povoações necessitadas se utilisem do auxilio daquellas terras visinhas, e do mesmo Distrito, que mais felizes nos meios de instrucção propria, não careçem despende tudo consigo mas

(60) Por lapso, há aqui um espaço em branco. A circular deixava apenas em aberto os espaços necessários para completar as fórmulas de tratamento consoante os destinatários.

Intervenção estudantil em Coimbra

antes lhe sobejam recursos, que possam repartir. E obvio que a gerencia dos meios que se colligirem, deve pertencer exclusivamente áquelles mesmos que, por sua humanidade provada e correspondentes diligencias, melhor que ninguem os poderão administrar nos respectivos districtos ou outras localidades.

Reconhecemos porém ser conveniente e indispensavel até, que houvesse nesta grande obra nacional, unidade, uniformidade, e harmonia. Dessê pensamento nasceram os Estatutos. Os Associados em todo o Reino deverão pois centralizar as suas idéas sobre as conveniencias, e exigencias do ensino e da educação, dirigindo-se á [F. 2] Direcção. Assim poderão taes ideas serem comparadas ou mesmo adoptadas, desde logo, ou transformadas em requerimentos, ou em conselhos, a que a Associação imprima a sua força collectiva. É só com este momentoso intuito, e de nenhuma sorte por insensato espirito de vangloria, ou de mal cabido predominio que a direcção societaria assumio o espinhoso trabalho e a agra responsabilidade de promotora, e sollicitadora dos negocios da Associação; respeitavel corpo diffundido por todo o Reino, mas cujo centro, e principio de acção reside na capital.

Exposto assim com lealdade o nosso empenho, já podemos pedir affoitamente a V. Ex.^a, não só que nos honre associando-se connosco, mas que nessa terra, de accordo com os Cavalheiros, cujos nomes abaixo declarâmos (a todos os quaes também dirigimos nesta data o nosso convite) se dignem constituir para esse districto o nucleo de uma Commissão, a que agréguem pessoas idoneas, que desinvolvam o pensamento do nosso Estatuto, e por tanto o d'esta nossa carta, applicando-o ás povoações que mais careçam desta protecção especial, propagando-o por todos os Concelhos, excitando o promovimento de subscrições, a creação de Commissões locaes para esse fim, e a cooperação das pessoas influentes.

Pedimos a V. Ex.^a o favor de uma prompta resposta para ser apresentada á Assembleia Geral, que a espera anciosamente.

Temos a honra de nos subscrever-mos.

De V. Ex.^a
Ex.mo e Rev.mo Bispo de Coimbra,
Conde de Arganil

Somos attentos, e respeitadores

Lisboa, 25 de Novembro
de 1858

Duque de Saldanha

A. F. Castilho
Joze Jacintho Tavares
Manoel José Mendes
Antonio Roiz Sampaio
Augusto Xavier Palmeirim
Rodrigo Paganino

segue

[F. 2v]

Antonio da Silva Tullio
Joaquim Sargedas
Antonio Maria Baptista
Antonio de Cabedo

Nomes dos Cavalheiros
a quem nos dirigimos nesta data

N. B. — Rogâmos a V. Ex.^a a
mercê de os convocar

Universidade

S. Ex.^{as} os Snrs.

Conselheiro

D^o

D^o

Doutores Exm^o

Ill.^{os} Srs. Dres.

Dor.

Bazilio Alberto de Souza Pinto

Adrião Pereira Forjaz de Sampaio

João de Sande de Magalhães Mexia Salema

Joze Maria de Abreu

Justino Antonio de Freitas

Antonio Joze de Freitas Honorato

Raymundo Venancio Rodrigues

O Exm.^o D. Diogo Barata Thovar Albuquerque

B. *Duas cartas dirigidas ao Commissario dos Estudos de Coimbra*

Illm.^o Snr.

Pensando com reflexão no conteudo do officio de V. S.^a datado de 20 de Dezembro proximo findo, respondo que não posso de modo algum encarregar-me da instrucção das classes operarias; o fundamento d'esta minha escusa é assas conhecido por V. S.^a; porque nos dias lectivos de manhã à noite estou occupado com os muitos alumnos que frequentam a Eschola que dirijo, e n'esses poucos feriados que me restam, é para tratar dos meus arranjos domesticos.

Espero que esta minha bem fundada escusa merecerá a atençaem de V. S.^a.

Deus guarde a V. S.^a

Illm.^o Snr. Commissario dos

Estudos d'ó Distr.^o de Coimbra

Eschola d'instrucaem primaria no Bairro-Alto

d'esta Cidade 15 de Janeiro de 1859

O Professor, Joaquim José Pessoa

Illm.^o Snr.

Antecipo-me a levar ao conhecimento de V. S.^a que pensando seria e reflectidam.te sobre a materia do officio de V. S.^a de 20 do mez e anno proximo findos, a que respondi a 24 dos dictos, vejo que não posso de modo algum aceitar a honrosa proposta, que se me fez, d'a regencia d'uma eschola nocturna para instrucção d'as classes operarias, porque tal encargo é absolutamente incompativel com as bem difficeis obrigações de minha profissão.

Quão bem fundada é esta minha escusa, ninguém, como V. S.^a, o pode avaliar e por isso espero que a receberá favoravelmente.

Deus Guarde a V. S.^a

Illm.^o Sr. Commissario d'os

Estudos d'ó Dist.^o de Coimbra

Eschola d'ó Ensino Mútuo (?) 15 de Janeiro de 1859

O Professor, Bento José de Oliveira

C. *Duas cartas de um professor de instrucção primaria de Ançã*

[F. 1] — Illm.^o e Exm.^o Senhor.

Em Officio d'Administração deste Concelho de Cantanhede com data de 13 d'Abril ultimo, tive a honra receber por copia o officio que V. Ex.^a dirigio ao Exm.^o Governador Civil do Districto em 28 de Março passado, e em nome da Illustre Associação

Intervenção estudantil em Coimbra

Promotora da Instrução Popular deste mesmo Districto de que V. Ex.^a é dignissimo Presidente.

Acceito com a maior satisfação os louvores que a Illustre Associação me prodigaliza mas que julgo imerecidos, por que é de meu restricto dever ser prestavel quanto couber em minhas debéis forças, aos meus Concidadãos, cujo serviço lhes faço por affeição, e para coadjuvar os Nobres sentimentos da Illustre Associação.

Não me tenho prestado até agora a este trabalho porque durante o tempo quaresmal, os dias santificados são os mais concorridos para as confissoens, tenciono porem dar-lhe começo no Domingo proximo [F. 1v] o que ja annunciei —; e estabelecido o ensino, levarei ao conhecimento de V. Ex.^a o mais que é Servido ordenar-me.

Dêus Guarde a V. Ex.^a

Ançam 3 de Maio de 1859

Illm.^o e Exm.^o Senhor Bispo Conde

O Professor

Joaquim José d'Oliveira

[F. 1] — Illm.^o e Exm.^o Snr.

Em continuação ao officio que tive a honra de enviar a V. Ex.^a com data de 3 de Maio ultimo, cumpre-me dizer a V. Ex.^a, que no Domingo, 15 do dito mez de Maio, foi a primeira concorrência dos Mancebos opperarios á Aula que derijo, pois só então pude obter matricula sufficiente para dar principio a esta interessante tarefa, de então para ca tenho sido constante em abrir a aula nos dias e na ocasião que annunciei, e os mancebos vão concorrendo ao ensino, ainda que agora em menor numero pelo receio que alguns tem, de serem capturados pelos recrutas. Dou principio a este trabalho com a leitura do Compendio da Fé, e ultimo com a do resumo da nossa historia, e da Civildade Christã.

O Mapa incluso demonstrará a V. Ex.^a o numero dos Matriculados, sua filiação, e naturalidade. Estou possuido da maior satisfação ao vêr a docilidade com que estes Moços se prestão ao ensino. Convidei os Alumnos da 1.^a Classe da Aula sob minha regencia para me [F. 1v] coadjuvarem, e por quem reparto os trabalhos; esta lembrança, vou observando, que foi interessante, pela nimia confiança que tem os voluntarios, com os da Aula regular, e por isso de melhor vontade se entregão ao mesmo ensino. Tenciono depois do recolhimento dar licçoens nocturnas.

Permita-me V. Ex.^a peça licença de aproveitar esta ocasião para expôr uma magoa, que perturba estes trabalhos, aos quaes me presto não só por dever, mas ainda de melhor vontade. A casa da Aula é talvez das melhores de todo o Distrito Administrativo, porque foi em tempo o Celleiro do extincto Almoxarifado das Senhoras Rainhas, que são as Donatarias desta Villa. Em 1844 a Camara deste extincto Concelho obteve do Governo Civil do Districto a concessão deste Edificio para as suas Sessões, e para a Administração do mesmo extincto Concelho, mas sob a obrigação de fazer no mesmo Edificio os necessarios reparos para a sua boa conservação; a cujo fim ficou tão [F. 2] bem recebendo as rendas das casas baixas. A Camara extincta sempre assim cumprio, mas depois que passou para Cantanhede cahio no maior dileixo, por forma que esta bela casa está prestes a desabar pelas cavidades salitrosas q. tem a parede à parte do Poente, e pela risina dos telhados, que vai estragando o belo madeiramento de choupo, estando algum d'elle deslocado das paredes e que por isso as agoas pluviaes cahem nos solhos, e formão por toda a casa uma vala, de maneira que me tenho visto na precisão em alguns dias suspender o ensino, e dispidir os Meninos! Á mais de dois annos que me tenho cansado em representar ja a Administração do Concelho, ja á Camara Municipal, mas debalde! Tem representado com o mesmo sentido o Regedor d'esta Freguesia muito digno Veriador Joaquim da Cruz Freire, de Portunhos; porem tudo sem effeito; o mesmo Presidente da Camara ja teve occasião de examinar os estragos do Edificio; e então mandou orçar o conserto; mas são expirados (?) mais de 12 (?) meses e não á o me — [F. 2v] — nor indicio de

se fazer a mais pequena obra: de maneira que ficando como está para a proxima estação invernosá, fico sem casa d'aula, por não haver outra na villa com a capacidade necessaria para o numero de estudantes que frequentão a Eschola!

Em vista do que levo dito, imploro de V. Ex.^a e da Illustre Associação, a que tão dignamente preside que por bem do Serviço Publico, se Dignem prestar a necessaria coadjuvação para se conseguir do Governo Civil, que ordene á Camara Municipal de Cantanhede, o prompto conserto deste Edificio, aliás será, e muito breve, um montão de ruinas.

Deus Guarde a V. Ex.^a
Ançan 8 de Julho de 1859
Illm.^o e Exm.^o Snr. Bispo Conde
O Professor

Joaquim José d'Oliveira

D. Quadro de matriculados na escola de adultos de Ançã

Distrito Administrativo de Coimbra — Concelho de Cantanhede

1859

Mappa dos Mancebos opperarios, que frequentão a Aula d'ensino Primario da Villa d'Ançan, nos dias Santos de Guarda

NÚMEROS	NOMES	IDADES	FILIAÇÃO	NATURA- LIDADE	EMPREGO
1	Manoel Negrão	15	Manoel Negrão	Ançan	A servir
2	Manoel Sim ^{es} Portario	24	Jeronimo Portario	»	Na Lavoura
3	Manoel Portario Cassôto	15	Jozé Portario Cassôto	»	Seareiro
4	Manoel Ferr. ^a da Silva	17	Jozé Ferr. ^a da Silva	Cerdinha	Aprendiz de Ferreiro
5	Ant. ^o Sim ^{es} Manadas	17	M.el Sim ^{es} Manadas	Ançan	Jornaleiro
6	Miguel Lusio	21	Martinho Lusio	»	Idem
7	Justino Ferr. ^a da Silva	25	José Ferr. ^a da Silva	Cerdinha	Ferreiro
8	Franc. ^o Sim ^{es} d'Albuq ^c	15	Ant. ^o d'Albuq.e	Ançan	Jornaleiro
9	M. ^{ci} Appol. ^o Teixeira	17	Ant. ^o Appol. ^o Teix. ^a	»	Idem
10	Narciso Freire d'Oliv. ^a	17	Maria Freire Oliv. ^a	»	Aprendiz de Alveneiro
11	Antonio de Sousa	13	José de Sousa	»	Pastor
12	Ant. ^o Roiz Caracitas	15	Paes Incognitos	»	Seareiro
13	Joaq.m da S. ^a Leitão	20	M.el da S. ^a Leitão	»	Jornaleiro
14	Ant. ^o da S. ^a Leitão	12	Idem	»	Pastor
15	M.el da S. ^a Leitão	16	Idem	»	Jornaleiro
16	Joaq.m Glz. Saccarrão	14	Joaquim Glz.	»	Almocreve
17	João Sagradas	12	Fran.co Sagradas	»	Jornaleiro
18	Joaquim Sim. ^{es} Faria	14	José Sim ^{es} Faria	»	Idem

Ançan 8 de Julho de 1859

O Professor
Joaquim José d'Oliveira